Aviso (extracto) n.º 15 675/2007**Delegação de competências**

Ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 42/83, de 20 de Maio, do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo e do artigo 62.º da lei geral tributária, o chefe do Serviço de Finanças de Chaves delega as competências a seguir mencionadas:

1 — Chefia das secções;
2 — 4.ª Secção — Cobrança — no adjunto da Secção de Cobrança e responsável financeiro Fernando José Lamelas Fins:

a) A abertura de caixas, até ao limite máximo da respectiva contingência, segundo critérios de racionalidade e eficácia de gestão dos meios e em função do volume de procura dos serviços de tesouraria/cobrança e da comodidade dos contribuintes utentes;

b) A fixação do número de caixas que devam ser abertas em cada dia, em face do volume de procura dos serviços de cobrança;

c) Assegurar as funções de caixa pelo pessoal que, para esse efeito, se encontra afecto ao exercício dessas funções na Secção de Cobrança;

d) Controlar diariamente o efectivo exercício de funções de caixa na proporção dos dias em que, efectivamente, cada funcionário tenha assegurado a execução de tarefas inerentes à caixa, com vista à atribuição do abono para falhas;

e) Organizar a conta de gerência nos termos da instrução n.º 1/99, da 2.ª Secção do Tribunal de Contas;

f) Apresentar ou propor a desistência de queixa ao Ministério Público pela prática de crimes de emissão de cheques sem provisão emitidos a favor da Fazenda Pública.

Mantém as delegações de carácter geral e específicas delegadas e publicadas no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 102, de 26 de Maio de 2006.

Na ausência ou impedimento do adjunto da Secção de Cobrança, o substituto legal é a TATA Lúcia Maria Fernandes Barreira Alcarrao.

3 — Produção de efeitos — o presente despacho produz efeitos a partir de 28 de Junho de 2007, ficando por este meio ratificados todos os despachos entretanto proferidos sobre as matérias ora objecto de delegação.

16 de Julho de 2007. — O Chefe do Serviço de Finanças de Chaves, *João Manuel Cruz*.

Despacho n.º 19 356/2007

De acordo com o previsto no n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção introduzida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o júri do concurso de selecção para o provimento do cargo de director de serviços de Reembolsos (DSR) apresentou a proposta de nomeação de Maria de Lourdes Jesus Amâncio como sendo a candidata que possui maior competência técnica e aptidão para o exercício do referido cargo, correspondendo ao perfil exigido.

Nestes termos, e atento o disposto nos n.ºs 8 e 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção introduzida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, concordo com a proposta do júri, pelo que nomeio no cargo de director de serviços de Reembolsos (DSR), em comissão de serviço e pelo período de três anos, a técnica economista principal Maria de Lourdes Jesus Amâncio do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos.

18 de Julho de 2007. — O Director-Geral, *Paulo Moita de Macedo*.

Nota curricular

1 — Elementos de identificação pessoal:

Nome — Maria de Lourdes de Jesus Amâncio;
Data de nascimento — 29 de Agosto de 1956;
Naturalidade — freguesia de Gáfete, concelho do Crato, distrito de Portalegre;

Categoria profissional — técnica economista principal do quadro da Inspeção Tributária da Direcção-Geral dos Impostos (DGCI);
Habilitação académica — licenciatura em Organização e Gestão de Empresas, pelo Instituto Superior de Economia, concluída em 1980, com média final de 13 valores;

Formação complementar:

Diploma de Direito Comparado em língua italiana e francesa no Centro Studi Giuridice Europei, da Universidade de Urbino, em Itália, nos anos de 1994 e 2000; e

Certificação pedagógica de formadora do Centro de Formação da DGCI.

2 — Carreira profissional:

Funções da carreira técnica/inspectiva:

Ingresso na Direcção-Geral de Contribuições e Impostos (DGCI) em 11 de Novembro de 1986, na carreira da inspecção tributária, na Direcção de Serviços de Controlo:

Técnica verificadora tributária de 2.ª classe;
Perita de fiscalização tributária de 2.ª classe da DGCI (de 13 de Janeiro a 9 de Novembro de 1988) — exercício de funções de auditoria contabilístico-fiscal, na DSC;

Técnica economista estagiária (de 10 de Novembro de 1988 a 17 de Janeiro de 1990);

Técnica economista de 2.ª classe (de 18 de Janeiro de 1990 a 19 de Maio de 1998) — exercício de funções de controlo contabilístico-fiscal a nível de grandes empresas na DSC e DSPIT;

Técnica economista de 1.ª classe na Direcção-Geral de Impostos (de 20 de Maio de 1998 a 10 de Março de 2004) — exercício de funções na equipa de estudos e controlo de reembolsos na DSR;

Técnica economista principal (desde 11 de Março de 2004) — exercício de funções na DSR;

Funções de direcção:

Coordenadora de equipa da inspecção tributária no controlo do IVA na DSC, de 1991 a 1995;

Coordenadora do Sector de Estudos, Planeamento e Investigação de Reembolsos do IVA e Contencioso e assessoria técnica ao director de serviços de Reembolsos, entre Outubro de 1995 e Março de 2004;

Chefe de divisão, em regime de substituição, dos Reembolsos de IVA do Regime Normal, entre 26 de Março de 2004 e 4 de Setembro de 2005;

Directora de serviços de Reembolsos (DSR), em regime de substituição, desde 5 de Setembro de 2005.

3 — Actividades profissionais relevantes:

Integração no grupo de trabalho para simplificar e agilizar dos procedimentos de reembolsos de IVA — novo Despacho Normativo n.º 53/2005, de 15 de Dezembro — implementação do referido despacho a nível informático e interacção com os serviços de inspecção tributária;

Integração no grupo de trabalho para automatização dos procedimentos da compensação da dívida exequenda em reembolsos/resituições de tributos;

Proposta de alteração legislativa no âmbito das medidas do SIM-PLEX, no referente aos Decretos-Leis n.ºs 20/90 e 143/86;

Nomeação como perito independente no julgamento do processo de fraude de carrossel junto do Tribunal da Boa Hora.

4 — Formação profissional relevante:

Frequência e aprovação no seminário de alta direcção do INA (conforme dispõe o artigo 12.º da Lei n.º 2/2004 de 15 de Janeiro, com as alterações decorrentes da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto);

Frequência do curso do SIADAP — Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho da Administração Pública;

Frequência de várias acções de formação na área da fiscalidade, auditoria, contabilidade, informática, inteligência emocional, liderança, gestão pela qualidade na Administração Pública e gestão de equipas;

Participação em seminários e conferências.

Louvor n.º 463/2007

Ao cessar funções como director-geral dos Impostos, louvo o Dr. José Carlos Gomes Santos, investigador economista do Centro de Estudos Fiscais (CEF), pelo excelente desempenho das exigentes funções que lhe estão cometidas, salientando a sua reconhecida competência técnica e científica, a profundidade dos seus conhecimentos na área da economia, a direcção de grupos de trabalho, bem como a participação em reuniões de organismos internacionais em matéria fiscal. A estas qualidades profissionais associam-se as melhores qualidades morais e um excelente relacionamento humano que o fazem credor deste público reconhecimento.

23 de Julho de 2007. — O Director-Geral, *Paulo Moita de Macedo*.

Direcção de Serviços de Gestão dos Recursos Humanos**Aviso (extracto) n.º 15 676/2007**

Por despacho de 29 de Junho 2007 do director-geral dos Impostos, foi renovada a comissão de serviço no cargo de director de finanças de Aveiro, nos termos do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 2/2004,